

Política

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Fortunati anuncia novo secretário da Saúde

Com perfil técnico, Fernando Ritter é funcionário de carreira indicado pelo PTB para substituir Carlos Casartelli

Fernanda Crancio
politica@jornaldocomercio.com.br

Catorze dias após confirmar a saída de Carlos Casartelli (PTB) da Secretaria da Saúde da Capital, o prefeito José Fortunati (PDT) anunciou o dentista Fernando Ritter como o novo titular da pasta. Especialista em saúde pública e ex-vice-presidente do Instituto Municipal de Saúde da Família (Imesf), Ritter está em férias e assume o cargo na próxima segunda-feira, dia 9, às 15h, em solenidade na sede da secretaria. Também ligado ao PTB, o novo secretário foi escolhido por seu perfil técnico e teve a indicação referendada pelo diretório municipal da sigla trabalhista.

Ritter, que até então coordenava a divisão de Atenção Primária do município, é funcionário de carreira da Secretaria da Saúde de Porto Alegre e fez parte da equipe de Casartelli. Segundo Fortunati, é um agente agregador, um servidor de perfil técnico dos mais atuantes da pasta, defensor da saúde pública e do Programa Mais Médicos.

“Procurei conciliar pressupostos importantes para que o indicado pudesse ser um nome que desse continuidade ao trabalho da secretaria, defendesse

e fortalecesse a saúde pública, o Sistema Único de Saúde e o Mais Médicos e que fosse um agente agregador, com bom diálogo com prestadores de serviço e com os governos estadual e federal”, comentou o prefeito.

Quando questionado sobre os cortes de investimentos na área da Saúde - um dos principais temas das críticas de Casartelli ao Executivo municipal e fator preponderante para sua saída da pasta, após quase cinco anos -, Fortunati foi categórico: “Não houve corte, ao contrário, a Fazenda permitiu que ampliássemos custos. O que houve, infelizmente, foi o crescimento absurdo de pacientes do Interior atendidos em Porto Alegre”, disse o prefeito.

Casartelli deixa a pasta após vários episódios de desgaste político. Um de seus desafetos era o vereador Thiago Duarte (PDT), com quem, por mais de uma vez, trocou acusações públicas. Mais recentemente, também foram explicitadas publicamente, por meio do Twitter, as críticas à demora e à diminuição dos repasses da Fazenda para a área da saúde - segundo Casartelli, inferiores em 2014 na comparação com 2013 - estopim para a exoneração do então titular da pasta.



Prefeito indicou servidor que classificou de ‘agregador’, após relação turbulenta com o então titular da pasta

Em entrevista ao **Jornal do Comércio**, o ex-secretário Casartelli havia defendido que a pasta permanecesse com o PTB, fato confirmado ontem pelo prefeito.

Segundo o presidente municipal da sigla, deputado estadual Maurício Dziedricki, a negociação foi feita de forma tranquila e seis nomes chegaram a ser apresentados ao prefeito. O que

a legenda busca agora é garantir um espaço para o vereador Alceu Brasinha (PTB), suplente da bancada, que devolverá a vaga na Câmara Municipal a Casartelli, no dia 9 de março. “Estamos pedindo que o PTB mantenha o espaço de protagonismo que teve com Brasinha, um dos vereadores mais combativos e a favor do governo municipal”,

disse o dirigente trabalhista.

Além do secretário, foram anunciados a secretária substituta, Fátima Ali, atual coordenadora de Urgências e Emergências, e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, Alcindo Pavan, também técnicos de carreira da prefeitura. Jorge Cuty, atual secretário interino, seguirá como adjunto da Saúde.

CASO PROCEMPA

Justiça indisponibiliza bens de ex-secretário da Capital

A 4ª Vara da Fazenda Pública do Ministério Público do Estado (MP) acatou pedido liminar em ação civil da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, que determinou a indisponibilidade dos bens do ex-secretário Municipal de Gestão da Capital Clóvis Magalhães, de Janice Maria Machado, da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) e da Intercorp Consultoria Empresarial Ltda., do diretor da Intercorp, Luis Antônio Lima, e do ex-diretor-presidente da Finatec José Luiz Rodrigues. A ação, ajuizada em 20 de fevereiro, pede ainda o ressarcimento integral do dano causado ao erário, no valor corrigido de R\$ 1.259.839,43.

As investigações detectaram que os envolvidos incorreram em atos de improbidade administrativa no contrato firmado entre a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa) e a Finatec, cujo objeto era o fornecimento de solução informatizada de gerenciamento da Administração Municipal de Porto Alegre. Segundo o MP, houve dispensa de licitação no contrato estabelecido pela Procempa para fornecimento de um software que já havia sido desenvolvido por Janice Machado para a empresa Intercorp, antes mesmo da celebração do contrato com a Procempa, o que era de conhecimento dos envolvidos. Dessa



Clóvis Magalhães é ex-titular da pasta de Gestão

forma, segundo a assessoria do MP, a ferramenta fora desenvolvida por uma técnica para uma empresa privada, utilizando-se de uma fundação sem fins lucrativos para burlar o processo licitatório.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TCE utilizará dados das notas fiscais eletrônicas em auditorias

Para aperfeiçoar suas ações de fiscalização, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) passará a utilizar também os dados de notas fiscais eletrônicas de compras realizadas pela administração pública de todo o Estado. O acesso às informações permitirá o cruzamento com outras bases de dados para verificar, por exemplo, se os valores e quantidades adquiridas são compatíveis com os efetivamente pagos e com os preços de mercado.

Assim, poderão ser identificados casos de sobrepreço ou superfaturamento. Um exemplo concreto é a aquisição de medicamentos - os montantes pagos por diferentes órgãos da administração pública poderão ser comparados, permitindo identificar possíveis irregularidades.

A iniciativa é resultado de um termo de cooperação firmado

com a Secretaria da Fazenda e com o Ministério Público do Estado. Os dados são resguardados pelo Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), do TCE, que realiza o cruzamento de informações e, ao encontrar indícios de irregularidades, repassa aos auditores, que verificam in loco a situação.

Desde a implantação do Centro, em 2011, o TCE mantém convênios de acesso a dados com outras 30 instituições. O corpo técnico do CGEX é composto por servidores que passaram por treinamentos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, além de conhecerem estruturas semelhantes de atuação de outros tribunais e órgãos ligados ao controle externo.